



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Formação e Desenvolvimento Profissional

Rua Henrique Dias, 609 | Derby | 50010100 | Recife - PE

Fone: (81) 3073.6706 | Fax: (81) 3073.6561 | CNPJ: 09.773.169/0001-59

www.fundaj.gov.br | formacao@fundaj.gov.br

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL PDI/Difor – 2015-2019

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Diretoria de Formação e Desenvolvimento Profissional da Fundação Joaquim Nabuco – PDI/Difor/Fundaj, aqui apresentado, foi elaborado para o período de 2015-2019, com o objetivo de expressar o perfil desta Diretoria no que se refere à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades que desenvolve e que pretende desenvolver, tendo como diretriz o alinhamento de suas ações ao **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – 2015/2019¹**.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Fundaj se construiu a partir de um minucioso processo de reflexão e discussão, ao longo de oito meses, entre 2013 e 2014, que envolveu todos os setores da instituição e que assumiu uma orientação que partiu das percepções internas e externas da Instituição e desenhou um processo que apostou na focalização das ações institucionais, na importância da integração entre as áreas finalísticas e do trabalho colaborativo, e na dupla visão estratégica baseada na identificação de demandas já percebidas socialmente e trazidas à Fundaj, ou em necessidades percebidas pela produção de conhecimentos e experiência profissional de pesquisadores e analistas do quadro da Instituição. Outra diretriz fundamental do processo foi o alinhamento com as prioridades do Ministério da Educação, traduzidas especialmente no Plano Nacional de Educação (PNE). A missão institucional foi redefinida, a partir da composição entre a trajetória institucional e as demandas de alinhamento estratégico formuladas pelo Ministério da Educação à Instituição, sendo assim expressa: “Gerar conhecimento no campo das humanidades com a finalidade de atender a demandas e necessidades relacionadas a educação e cultura, compreendidas de forma interdependente, com vistas ao desenvolvimento justo e sustentável da sociedade brasileira.” Sua visão para o final do período 2015 a 2019 é “ser reconhecida até 2019 pela comunidade acadêmica, setor público e sociedade civil por desenvolver projetos que explorem a interdependência entre educação e cultura, integrando suas múltiplas competências e articulando-se em redes de conhecimento.”

É com base no PDI, aprovado pela Resolução do Conselho Diretor da Fundaj nº 174, de 1 de setembro de 2014, e no Estatuto institucional vigente (Decreto 7.694 de 2 de março de 2012) que a Diretoria de Formação e Desenvolvimento Profissional (Escola de Governo da Fundaj) institui sua adequação setorial ao PDI/Fundaj, na perspectiva de viabilizar, no tocante às ações de formação, os objetivos institucionais.

As bases principais para tal estão dadas pelos objetivos estratégicos institucionais de: (i) Fortalecer a capacidade de análise das demandas e necessidades sociais; (ii) Consolidar e ampliar os programas

¹ No novo PDI está prevista uma reestruturação de suas diretorias, a qual resituará a Difor. Como estas mudanças ainda não foram formalizadas, decidiu-se manter neste documento todas as referências à Diretoria de Formação e Desenvolvimento Profissional (Difor) e a outras instâncias institucionais ainda existentes e em funcionamento, para maior consistência. No mais, o PDI/Difor alinha-se à nova proposta institucional em suas ênfases, estratégias e processos.

de pós-graduação em alinhamento com o projeto institucional (no qual figura o sólido compromisso de obter o credenciamento junto ao MEC para oferta de cursos *Lato Sensu* e de atender aos requisitos de avaliação pela Capes para atingir um conceito superior ao atual (provisório), integrando-os ao contexto institucional – acervos, equipamentos e centros de competências – e aos demais programas e projetos institucionais).

O PDI 2015-2019, ainda em processo de complementação, reitera o compromisso institucional com a formação continuada de agentes públicos (gestores, técnicos e professores da educação básica do setor público), enquanto estimula fortemente a integração das atividades de pesquisa, formação e difusão cultural, em sintonia com sua larga experiência nestes campos. O momento atual é de transição entre as diretrizes e estrutura vigentes desde 2011 e o início de uma nova gestão encarregada de implementar o PDI, que prevê significativas mudanças na forma de funcionamento e na ação integrada das três grandes linhas da Instituição, acima mencionadas. Sendo assim, vive-se um momento. Em razão da complexidade das mudanças a serem implementadas, dependentes inclusive de autorização em nível ministerial e supraministerial, há a continuidade de todo um arcabouço organizacional e os passos possíveis no sentido da implementação da nova missão institucional. Em decorrência deste fato, o PDI da Diretoria de Formação e Desenvolvimento Profissional reflete essa fase transitiva, fazendo alusão tanto ao que permanece como ao que muda no cenário corrente da Diretoria.

1- PERFIL INSTITUCIONAL DA DIRETORIA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL (DIFOR)

1.1 Breve Histórico

Desde 2012, quando foi recriada para assumir a responsabilidade institucional pelas atividades de formação internas e externas na Instituição, a Diretoria de Formação e Desenvolvimento Profissional (Difor), articulando-se às metas e diretrizes do **Plano de Ação da Fundação Joaquim Nabuco para o Plano Nacional de Educação (PNE) – 2011/2020** e, mais recentemente, do **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 (PDI/Fundaj)**, que sucedeu o primeiro documento e o substituiu, recupera atribuições e competências já exercidas pela Instituição, especialmente no que se refere às atividades de pós-graduação, atualizando sua estrutura organizacional para estabelecer-se como um organismo multi e interdisciplinar, capaz de manter cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

A estruturação das atividades de formação na Fundaj, desde 1997 (período em que se consolidou como Escola de Governo), é sumariada a seguir, em termos de momentos-chave:

1 – Setembro de 1997- Criação do Centro de Estudos de Gestão Pública e Cidadania-Escola de Governo/FJN, por meio da Resolução nº 269 do Conselho Diretor, no âmbito da estrutura organizacional do Instituto de Desenvolvimento Científico e Cultural (Indec), com o objetivo de promover a capacitação e treinamento de pessoal para a gestão pública. Continuidade do Acordo de Cooperação Técnica Fundaj/Enap para treinamento de servidores públicos (assinado originalmente em março de 1994) e desenvolvimento do Programa BID de Gestão de Projetos Sociais.

2 - Janeiro de 1998 – Criação da Escola de Governo e Políticas Públicas (em nível de Instituto), por meio da Resolução nº 286 do Conselho Diretor, com a finalidade de consolidar um espaço institucional adequado à produção e difusão do conhecimento especializado em políticas públicas e gestão governamental para os diversos setores da administração pública federal, estadual e municipal, por meio de atividades de capacitação, formação e treinamento. Nesse momento, a Escola de Governo assume parte das atividades do anterior Indec. Continuidade do Acordo de Cooperação Técnica Fundaj/Enap.

3 – Janeiro de 2002 – Criação do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas, na Fundaj, por meio da Portaria Presi nº 179, de 17 de dezembro de 2001, de acordo com autorização da Capes, Of. nº CAA/CTC/95 de 5/10/2001. Continuidade do Acordo de Cooperação Técnica Fundaj/Enap.

4 – Março de 2003 – Criação do Instituto de Formação e Desenvolvimento Profissional, pelo Decreto nº 4.639 de 24 de março de 2003, com a competência de promover a formação e o aperfeiçoamento de pessoal na área de abrangência da Fundaj. Continuidade do Acordo de Cooperação Técnica Fundaj/Enap.

5 – Outubro de 2004 – Transformação do Instituto de Formação e Desenvolvimento Profissional em Diretoria de Formação e Desenvolvimento Profissional, pelo Decreto nº 5.259 de 27 de outubro de 2004. Nesse ano, houve a suspensão do reconhecimento do Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas, pela Capes, havendo a continuação e conclusão das três turmas de Mestrado já iniciadas.

6 – Fevereiro de 2006 – No que se refere à definição de escola de governo, o Decreto 5.707 de 23 de fevereiro de 2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal, prevê em seu art. 4º que "São consideradas escolas de governo, as instituições destinadas, precipuamente, à formação e ao desenvolvimento de servidores públicos, incluídas nas estruturas da administração pública federal autárquica e fundacional". Nesse mesmo decreto, o parágrafo único do Art. 6º define que caberá à Enap "promover, elaborar e executar ações de capacitação", assim como "a coordenação e supervisão dos programas de capacitação gerencial de pessoal civil executados pelas demais Escolas de Governo da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional."

7 – Dezembro de 2007 – Extinção da Diretoria de Formação e Desenvolvimento Profissional pelo Decreto nº 6.318 de 20 de dezembro de 2007. Continuidade do Acordo de Cooperação Técnica Fundaj/Enap. Diretoria de Pesquisas Sociais absorve as atividades de realização de cursos de curta duração, a partir desse momento, sem interrupção e contando com parte da equipe da antiga Diretoria, até 2012.

8 – 2012 – Neste ano decisivo, vários passos muito importantes foram dados. Primeiro, veio a (re)criação da Diretoria de Formação e Desenvolvimento Profissional - Difor, pelo Decreto nº 7.694, de 2 de março de 2012. Manteve-se o Acordo de Cooperação Técnica Fundaj/Enap, sob a coordenação dessa Diretoria. Ampliou-se a responsabilidade institucional da Diretoria, atribuindo-se a ela a coordenação e execução do Plano de Capacitação dos servidores da Fundaj. Em Setembro deu-se início, através do e-Mec, a um processo de busca de credenciamento para a oferta e certificação direta de cursos de pós-graduação *lato sensu* entre as ações de formação voltadas precipuamente a servidores públicos (gestores, técnicos e professores da educação básica nas redes públicas de ensino). Esta iniciativa se inscreveu numa articulação entre várias escolas de governo, lideradas pela Enap, que, ancorada numa das diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (art. 3º., Inciso XIII), de 2006, levava à criação, no início de 2012, do Sistema de Escolas de Governo da União (Segu). A Fundaj (Difor) participa do Segu desde seus primórdios. Em Dezembro, a proposta de criação do Mestrado Profissional em Ciências Sociais para

o Ensino Médio foi recomendada pela Capes em 19 de dezembro de 2012 (142ª Reunião do CTC/ES), reabrindo o capítulo do envolvimento da Fundaj com a pós-graduação *stricto sensu*.

9 – 2013 – Esse ano foi marcado pela intensificação da atuação da Fundaj na pós-graduação. Deu-se, em Fevereiro, a aprovação pela Capes do Mestrado Acadêmico em Educação, Culturas e Identidades, realizado em associação com a Universidade Federal Rural de Pernambuco. Iniciaram-se, em agosto, as atividades do Mestrado Profissional acima referido. Na área da pós-graduação *lato sensu*, em associação com diversas universidades, e sempre participando ativamente da concepção e da execução (por meio de docentes do seu quadro de pesquisadores e técnicos e do acompanhamento gerencial dos acordos formalizados para a oferta dos cursos), a Difor/Fundaj promoveu a segunda edição de Formação de Gestores Culturais dos Estados do NE (parceria com o MinC e Universidade Federal da Bahia), o início de Estatísticas Sociais (parceria com a Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal da Paraíba), e planejou o curso Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas (parceria com a Secretaria da Mulher de Pernambuco e Universidade Federal de Pernambuco), iniciado em 2014.

– Desde 2014 – continuando sua participação no Segu, executando suas atividades de capacitação dos servidores da Instituição e implementando diretamente ou acompanhando as atividades dos seus cursos de pós-graduação, com foco na formação de gestores e técnicos do serviço público e de professores da educação básica das redes públicas, a Difor participou ativamente do processo de elaboração do novo Plano de Desenvolvimento Institucional da Fundaj.

1.2 Missão e Objetivos

A Diretoria de Formação e Desenvolvimento Profissional tem como missão formar profissionais e capacitar agentes públicos, técnicos, especialistas, mestres e doutores, a fim de contribuir para melhoria do desenvolvimento profissional no setor público e da educação formal, prioritariamente a do Norte e do Nordeste do país.

Os objetivos da Difor estão focados nas competências instituídas no Estatuto vigente da Fundaj (Decreto 7.694 de 2 de março de 2012), o qual, em seu Art. 13, reza que compete à Diretoria de Formação e Desenvolvimento Profissional:

I - promover, no campo das ciências sociais, a formação e o aperfeiçoamento de pessoal para empreendimentos públicos e privados nos níveis de pós-graduação ***lato e stricto sensu*** na área de atuação da Fundaj; e

II - planejar, coordenar e executar atividades voltadas à formação, à qualificação e à capacitação do corpo funcional da Fundaj, em consonância com a política de gestão de pessoas do Governo Federal.

O entendimento assumido em relação ao público-alvo dessas ações é o de priorizar a formação em nível de gestão e de funções técnicas de caráter finalístico, reservando a oferta de oportunidades de capacitação em funções técnicas de caráter administrativo para os servidores da própria Fundaj, ressalvada a possibilidade que a oferta de cursos nas duas modalidades esteja aberta a participações internas e externas. Em ambos os casos, trata-se sempre de atividades de formação continuada, o que define o público-alvo como de nível superior ou com experiência profissional equivalente (no caso da pós-graduação, essa equivalência não é possível, como se sabe). Esta é a orientação atual do próprio serviço público federal e a Fundação Joaquim Nabuco não mais prevê a contratação para o seu quadro permanente de pessoal de nível médio ou fundamental, tendo mesmo estimulado maior qualificação de todos os servidores que assim o desejaram desde o início dos anos de 1990. Complementarmente, no cumprimento de sua competência institucional, a Difor pode realizar parcerias com outras escolas de governo, bem como universidades, centros de pesquisa e outras instituições em relação às quais haja interesse mútuo.

No novo desenho institucional a ser adotado quando da plena implementação do PDI 2015-2019, as duas competências continuarão inteiramente preservadas, mas as atividades de pós-graduação – *lato* e *stricto sensu* – serão geridas no âmbito de um Programa Institucional Permanente de Pós-Graduação na Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, enquanto as atividades de curta duração serão geridas no âmbito de um Núcleo de Formação, na Diretoria de Ação Educativa e Cultural, dentro de uma concepção matricial de estruturação e funcionamento da Instituição. Não há uma definição institucional sobre a denominação de alguma de suas instâncias de gestão como Escola de Governo. A discussão e consideração de alternativas está em curso. No entanto, ressaltamos enfaticamente, como já indicado no histórico, que as funções de escola de governo, compreendendo a formação continuada de curta duração e em nível de pós-graduação, destinada ao público interno e externo, têm sido exercidas sem interrupção na Fundação Joaquim Nabuco desde 1991, sendo que apenas entre 1998 e 2002 a designação “escola de governo” se aplicou ao organograma institucional.

A área de atuação fundamental da Fundaj, em função de seu foco nas áreas de educação e cultura, e que se reflete na orientação principal da Difor, é a das Humanidades (Ciências Sociais e Humanas). Por sua história, pelo perfil de seu corpo de pesquisadores e técnicos ligados às atividades finalísticas da pesquisa, da formação e da difusão cultural, a Fundaj se prepara, assim, para focalizar mais suas ações de formação de gestores e técnicos do setor público no amplo campo das políticas de educação e de cultura, funcionando como uma escola de governo nessas áreas, a exemplo de muitas de suas congêneres do Segu, em cada uma de suas áreas específicas.

2 - PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

As principais características da concepção pedagógica e da estruturação das ações de formação na Fundação Joaquim Nabuco foram se configurando ao longo de sua trajetória, sem

descontinuidade, e o PDI 2015-2019 procurar tirar dessa experiência acumulada seus maiores trunfos visando a promover a integração de suas áreas em torno de projetos comuns.

Em primeiro lugar, a Fundação, tradicionalmente uma Instituição multidisciplinar, vem ao longo do tempo aprofundando e consolidando essa sua característica. O perfil institucional no seu segmento de pesquisa social, aliado à *expertise* da Instituição nas áreas de Cultura e de Educação, favorece a integração para a produção de conhecimentos interdisciplinares ao atuar em Educação; Desenvolvimento Regional; Políticas Públicas; Estudos Populacionais; Estudos Econômicos; Gênero e Família; Cultura, Religião, Identidade Étnico-Racial; Meio Ambiente; Cidadania e Participação Social; Estudos em Ciência e Tecnologia; Memória, Patrimônio e Arte Contemporânea. No novo PDI essas competências temáticas se redefinem em termos de uma lógica de estruturação voltada a reunir as competências necessárias ao cumprimento da missão institucional, prevendo-se a redefinição das atuais cinco coordenações gerais como Centros de Estudos e Pesquisas, que fornecerão competências disciplinares e temáticas para a pesquisa, a formação e a difusão cultural: Memória, História e Patrimônio; Modelagem Social (estudos quantitativos e georreferenciados); Artes, Mídias e Novas Linguagens; Organizações e Análise Institucional; e Análise de Políticas Públicas.

Os eixos temáticos nucleadores das ações da Instituição, concebidos como transversais a elas, passam a ser: Ação coletiva, Identidade e Práticas Educativas; Política e Gestão de Educação e Cultura; e Educação, Cultura e Desenvolvimento. O segundo eixo é o que mais de perto reflete o campo de atuação de uma escola de governo. A ementa apresentada no PDI para ele é a seguinte: “Políticas e programas governamentais nas áreas de educação e de cultura. Arranjos institucionais constitutivos e viabilizadores dessas políticas e programas. Ações no sentido da integração entre os dois campos. Gestão das políticas e programas nos dois campos. Análise e avaliação dos aspectos políticos, sociais e econômicos das políticas nos dois campos.”

Nada impede, contudo, que os demais eixos subsidiem conhecimentos na área de formação. Por isso, na operacionalização destes eixos temáticos para cada uma das três áreas de atuação institucionais – a pesquisa, a formação e a difusão cultural – o PDI prevê a elaboração de uma política de pesquisa, uma política de formação e uma política de difusão cultural. A partir do segundo semestre de 2015 está previsto o início desse processo. A política de formação explicitará os critérios, diretrizes e meios para a realização das ações educativas para o público-alvo já definido (gestores, técnicos de nível superior e professores da educação básica). Através dela ficará, também, claramente delineada a atuação da Fundaj enquanto escola de governo.

As atividades da atual Difor se articulam às demais diretorias finalísticas da Fundaj, a Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte/Meca e a Diretoria de Pesquisas Sociais/Dipes, cujos profissionais – doutores, mestres e especialistas – agrupam-se em equipes multidisciplinares, desde 1998, e constituem um organismo com elevado potencial docente para os cursos aqui realizados. A orientação preponderantemente aplicada da pesquisa produzida, ligando-se diretamente a análise de políticas públicas e de seu ambiente institucional e sociocultural, tem gerado numerosas interfaces com ações de formação.

Esta é, portanto, uma primeira marca do projeto pedagógico institucional: a integração entre a produção direta de conhecimentos, por meio da pesquisa empírica, e sua disseminação através da divulgação científica e da formação. Na história institucional de atuação como escola de governo a presença de pesquisadores e técnicos de pesquisa qualificados foi determinante para o desenho e execução das ações formativas, em todos os níveis, mesmo que a execução não se restringisse à equipe de pesquisa, nem todos os pesquisadores tenham exercido atividades de docência. A ideia é propiciar uma interação entre discentes e docentes em atuação na Difor e o campo da pesquisa na Fundaj e instituições parceiras, estimulando, também, a produção de trabalhos que possam contribuir para a melhoria da pesquisa e práticas de gestão no setor público.

Uma segunda marca do projeto pedagógico institucional é integrar a formação e o acesso a seu rico acervo bibliográfico, histórico-documental, iconográfico, fonográfico e videográfico (em processo de médio e longo prazo de integral digitalização, com vistas ao acesso público). Esse acesso é compreendido enquanto recurso de suporte didático-pedagógico, mas também como meio de desenvolver nos seus alunos habilidades de produção de conhecimento (popularmente designadas como “pesquisa”, mas restritas à busca sistemática de informações e análises produzidas por outros) tão necessárias na sociedade da informação e das redes, oferecendo-lhes não só acesso a conteúdos, mas ferramentas de coleta, análise e interpretação de informações e sua transformação, portanto, em saberes orientadores de sua prática profissional e institucional. A base de pesquisas produzidas e em andamento é ricamente complementada por diversas formas de acesso ao acervo para permitir aos participantes de ações de formação experiências de aprendizagem ativa, crítica e independente. Os projetos estruturadores do Repositório Digital e da “Vila Digital” (espaço interativo de acesso ao acervo digitalizado), em processo de implantação, os Núcleos de Digitalização e de Microfilmagem, a Massangana Multimídia Produções e as bases físicas e virtuais de acesso a livros, periódicos, teses e dissertações, em diversos idiomas, são meios práticos de viabilizar esse intento.

Terceiro, a inclusão social é outra questão presente na proposta pedagógica da Difor, demonstrada nas **Normas Gerais dos Cursos de Pós-Graduação “Lato Sensu” em Nível de Especialização da Fundação Joaquim Nabuco**, disponível em www.fundaj.gov.br, as quais estão neste momento sendo revistas e integradas a um **Regimento Geral da Pós-Graduação**. Esta concepção de inclusão social se dá, primeiro, pela tematização permanente de necessidades e demandas dos segmentos excluídos, discriminados e vulneráveis da sociedade brasileira; pela análise e avaliação das políticas públicas que os afetam ou beneficiam; pelo estudo dos marcos institucionais e organizacionais nos quais a ação pública se dá – seja a pública estatal, seja a pública não-estatal –; e pela compreensão das práticas e processos sociais, políticas e culturais por meio das quais as identidades e as mobilizações da sociedade se expressam (com destaque aqui para as relações étnico-raciais e de gênero). Esses conteúdos informam toda a estrutura das disciplinas e módulos que compõem as atividades formativas realizadas pela Fundaj.

Além disso, a inclusão social é buscada através das múltiplas formas de incidência pública que a Instituição realiza, participando de fóruns, conselhos, realizando eventos e reuniões com diferentes segmentos sociais, publicando e divulgando os resultados de seus trabalhos e

valorizando o patrimônio cultural da sociedade brasileira. Uma dessas modalidades, particularmente expressa nas atividades formativas, é o estímulo institucional à adoção de cotas para minorias étnico-raciais.

Em quarto lugar, as ações de formação reconhecem a necessidade da inovação pedagógica e o papel que nisso jogam tanto métodos de ensino participativos e que estimulam os alunos à produção de conhecimentos de forma ativa, crítica e independente, quanto o uso de suportes tecnológicos educacionais, como proporcionados pelas mídias digitais e pela modalidade de educação a distância. Assim, todos os espaços de aprendizagem, bem como os laboratórios de computação e bases virtuais de material bibliográfico disponibilizados aos alunos, estão conectados à Internet, e a Instituição vem fazendo esforços para implantar um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) próprio, desenvolvido na plataforma Moodle. Vários de seus cursos de pós-graduação (especializações e mestrados) já utilizam o AVA de forma complementar às disciplinas presenciais, enquanto outros são semipresenciais. Um curso de aperfeiçoamento em andamento (Gestão de Acervos Arquivísticos, Bibliográficos e Museológicos), com previsão de conclusão em janeiro de 2016, se dá inteiramente na modalidade a distância, com participação de 280 inscritos de todos os estados brasileiros, numa parceria com o Grupo Saber, da Universidade Federal de Pernambuco, especializado nessa modalidade de ensino, e responsável por várias atividades em âmbito nacional da Unasus, a universidade virtual do Sistema Único de Saúde. Através dessa parceria, estão previstas ações de transferência tecnológica e didático-pedagógica para EAD, trazendo um aprendizado precioso à Fundaj.

Um projeto realizado ao longo de 2014 envolveu um curso de formação para docentes e tutores de EAD integrantes da equipe de pesquisadores e técnicos da Fundaj, ministrado por dois especialistas do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, utilizando-se o AVA Fundaj, o Projeto Interatividade na Educação. Essa formação foi parte integrante do processo de formatação de uma proposta de especialização em Gestão da Educação Infantil, previsto para ser oferecido inteiramente a distância. Essa proposta, aprovada no mesmo ano pelo Conselho Diretor, aguarda a definição do credenciamento institucional para ser lançado.

Além dos laboratórios já existentes – o Laboratório de Ensino a Distância Dosa Monteiro, da Difor, e o Centro Integrado de Estudos Georreferenciados em Pesquisa Social Mário Lacerda de Melo, da Diretoria de Pesquisas Sociais – a Fundaj estará implantando, a partir do segundo semestre de 2015, com recursos da Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe), o Laboratório Multiusuários em Humanidade, que tem como objetivo desenvolver atividades de pesquisa, ensino e extensão para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de práticas pedagógicas, materiais didáticos (sequências didáticas, textos base para suporte dos docentes e livros paradidáticos), conteúdos didáticos multimodais e formação continuada para professores da educação básica.

A Instituição está, no momento, prospectando plataformas de gestão acadêmica que possam proporcionar perspectivas de convergência entre o controle acadêmico no sentido estrito, a gestão de projetos, o acesso virtual ao acervo bibliográfico (incrementando o que já existe,

acessível através do *site* da Instituição), o AVA e a geração de indicadores de *performance* institucional para fins de gestão.

Além dessas orientações mais macro, a Instituição define certos parâmetros para sua atuação no nível da pós-graduação *lato sensu*, delineados em suas Normas Gerais do Lato Sensu (em breve parte de seu Regimento Geral da Pós-Graduação), entre os quais:

(a) exigência de limite mínimo de 60% de participação de docentes da própria instituição, em cursos de sua iniciativa, sendo que pelo menos 50% do corpo docente deve ser formado por mestres e doutores;

(b) atuação em rede, como já tem sido o caso de sua experiência, desde os anos de 1990, de cursos de especialização em associação com Universidades públicas e privadas de referência; como é hoje o caso de seu Mestrado (Acadêmico) em Educação, Culturas e Identidades (em associação com a Universidade Federal Rural de Pernambuco); e como espera-se proximamente ser o caso da transformação de seu Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio (MPCM) num Mestrado em Rede Nacional (semipresencial), com participação de 12 universidades de quatro regiões do país e apoio direto da Sociedade Brasileira de Sociologia (com proposta submetida à Capes em 2015);

(c) iniciativa de realização dos cursos pode ser de um dos setores da Fundaj ou por demanda externa, seja na forma de proposta de parceria, seja de solicitação de que a Fundaj conceba e execute determinadas propostas de cursos;

(d) toda proposta de curso precisa ser analisada quanto ao seu mérito e alinhamento com o interesse institucional pelo Conselho Diretor da Fundaj, com base em parecer técnico do Conselho Técnico-Científico, independentemente de sua origem. Os critérios de avaliação das propostas são os seguintes: (i) demonstração da relevância dos objetivos e da viabilidade do projeto; (ii) demonstração da atualidade e adequação da ementa e do conteúdo programático das disciplinas oferecidas; (iii) comprovação da qualificação do corpo docente na área de conhecimento do curso; (iv) adequação da infraestrutura da instituição e dos polos de apoio presencial, nos cursos a distância, para o funcionamento do curso; (v) adequação orçamentária para a manutenção das atividades do curso.

E é nessa perspectiva que a Diretoria de Formação e Desenvolvimento Profissional vem consolidando suas atividades.

3 - DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Os cursos de especialização *Lato Sensu* da Fundaj, conforme normas gerais aprovadas pelo Conselho Diretor desta Fundação, deverão ser formalizados por meio de um Projeto Pedagógico, cujo documento se constituirá na identidade do curso, devendo contemplar, entre outros aspectos, os seguintes: nome do curso, área do conhecimento, justificativa, objetivos, público-alvo, concepção do projeto, indicação da coordenação geral e pedagógica, carga horária, período e periodicidade, conteúdo programático, corpo docente, metodologia a ser adotada, interdisciplinaridade, atividades complementares a serem realizadas, tecnologia utilizada,

infraestrutura física, critérios de seleção, sistema de avaliação, controle de frequência, trabalho de conclusão de curso/monografia, indicadores de desempenho e planilha financeira.

No que se refere às práticas pedagógicas, a Difor pretende promover momentos de integração entre os docentes e equipe técnica dos vários cursos, para troca de experiências vividas, assim como para atualização e difusão de técnicas inovadoras. Além disso, conforme já indicado, mediante a utilização do seu próprio AVA, pretende fortalecer essa relação e a interação aluno-aluno, alunos-professor e professor-professor.

Em 2012, teve início na Fundaj a realização de dois cursos *Lato Sensu*: o Curso de Especialização em Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste, uma produção conjunta entre a Fundaj, a UFRPE e o MinC (ver projeto pedagógico no Anexo I). Esse curso foi concluído no 1º semestre de 2013 e uma segunda edição realizada, a partir do segundo semestre do mesmo ano, até setembro de 2014; e o Curso de Especialização em Estatísticas Sociais - em convênio com a UFPE e UFPB, com previsão de término de suas atividades em final de 2013 (ver projeto pedagógico no Anexo II).

No ano de 2013, a Fundaj iniciou três Cursos de pós-graduação: o já citado Curso de Especialização em Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste; e o Curso de Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio (MPCS), recomendado pela Capes em 19 de dezembro de 2012 (142ª Reunião CTC/ES). Esse curso apresenta como área de concentração: Sociedade e Cultura, possuindo duas linhas de pesquisa: Estado, atores sociais e cidadania; e Sociedade, cultura e desenvolvimento. A partir de agosto de 2015, a primeira leva de defesa de trabalhos finais de conclusão estará ocorrendo, enquanto sua segunda turma qualifica seus projetos. O MPCS foi o primeiro mestrado no país voltado especificamente para a área do ensino de sociologia no ensino médio.

Em 2014, em associação entre a Fundaj e UFRPE, foi iniciado, com recomendação da Capes, o Mestrado Acadêmico Educação, Culturas e Identidades. Esse curso apresenta como área de concentração, Processos Educativos, Culturas e Identidades, com três linhas de pesquisa: Desenvolvimento e Processos Educativos e Culturais da Infância e da Juventude; Movimentos Sociais, Práticas Educativo-Culturais e Identidades; e Políticas, Programas e Gestão de Processos Educativos e Culturais. Foram ainda aprovados o curso de aperfeiçoamento em Gestão de Acervos Arquivísticos, Bibliográficos e Museológicos, a distância, para início em 2015, e um Curso de especialização a distância em Gestão da Educação Infantil, para execução tão logo condições de credenciamento direto existam.

Em 2015, foi submetida à Capes uma proposta de Mestrado em Sociologia em Rede Nacional, nos moldes dos mestrados profissionais voltados à formação de profissionais do ensino médio (professores, coordenadores pedagógicos e mesmo gestores das redes estaduais, e graduados em ciências sociais que pretendem ingressar na carreira de professor). A proposta envolve 12 IES de quatro regiões brasileiras e apoio oficial da Sociedade Brasileira de Sociologia. Se aprovada, a atual oferta de 17 vagas anuais será ampliada para 200, com alunos espalhados por todo o país, os quais cursarão as disciplinas obrigatórias a distância e, nos meses de janeiro e fevereiro, poderão cursar disciplinas eletivas nos vários polos presenciais das universidades

integrantes da rede. Foram iniciadas também, no primeiro semestre, as atividades do Aperfeiçoamento a distância em Gestão de Acervos, já citado.

4 - CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Os Servidores da Fundaj estão vinculados ao Plano de Carreira para a área de Ciência e Tecnologia da Administração Federal Direta, das Autarquias e das Fundações Federais (Lei nº 8.691, de 28/07/1993), cujo ingresso em cargo efetivo é realizado por meio de concurso público (Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009) e estão sujeitos ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei nº 8.112, de 11/12/90). O regime de trabalho é de 40h semanais.

A Fundaj possui um total de 453 cargos, dos quais 240 são de nível superior e 213 de nível intermediário. Dos servidores pós-graduados, muitos atuam como docentes em Cursos de Especialização e Mestrado, na Fundaj e em outras instituições.

O quadro, a seguir, apresenta o quantitativo de servidores com pós-Graduação, por área de estudo (formação) e reforça a competência da Fundaj na sua área de atuação, Ciências Sociais e Ciências Humanas

Mestres e Doutores FUNDAJ por Área de Titulação

Área de Estudo	Titulação/quantidade		
	Doutores	Mestres	total
Ciências Biológicas	1	1	2
Ciências da Saúde	1	-	1
Ciências Exatas e da Terra	3	5	8
Ciências Humanas	25	23	48
Ciências Sociais Aplicadas	10	22	32
Linguística, Letras e Artes	-	05	05
Total	40	56	96

O corpo técnico e administrativo da Diretoria de Formação e Desenvolvimento Profissional é constituído pelos seguintes profissionais:

05 Doutores

07 Mestres

05 Especialistas

02 Graduados

05 Secretárias Executivas

05 Auxiliares Administrativos

A articulação entre a Diretoria de Formação e Desenvolvimento Profissional/Difor e as Diretorias de Pesquisas Sociais/Dipes e de Memória Cultura e Arte/Meca da Fundaj permite que a

Difor disponha de um potencial corpo docente e técnico, a ser requisitado à medida que as especificidades de cada curso exijam.

Pode, também, utilizar-se da contratação de profissionais das instituições parceiras abaixo mencionadas, por meio da realização de parcerias/convênios. Nesse caso, o coordenador geral do curso deve solicitar a submissão ao Colegiado de Coordenação Didática – CCD do Curso, para análise e autorização.

Instituições Parceiras:

- Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
- Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE
- Universidade de Pernambuco – UPE
- Universidade Federal da Paraíba - UFPB
- Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP
- Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA
- Universidade Estadual de Londrina - UEL
- Universidade Federal de Uberlândia – UFU
- Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
- Universidade Federal do Paraná - UFPR
- Universidade Estadual de Maringá – UEM
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
- Universidade Federal do Ceará – UFC
- Universidade Estadual do Vale do Acaraú – UVA-CE
- Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília – UNESP-Marília
- Colégio Pedro II – CPII-RJ
- Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Instituições Integrantes do Sistema de Escolas de Governo da União:

- Escola Nacional de Administração Pública – Enap
- Academia Nacional de Polícia – ANP
- Centro de Altos Estudos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN
- Centro de Formação e Aperfeiçoamento do INSS – CFAI/ INSS
- Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – Ceajud
- Escola da Advocacia-Geral da União – Eagu
- Escola de Administração Fazendária – Esaf
- Escola de Inteligência – Esint/Abin
- Escola Nacional de Ciências Estatísticas – Ence/IBGE

- Escola Nacional de Defesa do Consumidor – ENDC
- Escola Nacional de Mediação e Conciliação – Enam/MJ
- Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP
- Escola Nacional de Serviços Penais – Espen/MJ
- Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU
- Instituto Rio Branco – IRBr/MRE
- Universidade Banco Central do Brasil – UniBacen
- Instituto Serzedello Corrêa – ISC/TCU
- Instituto Legislativo Brasileiro – ILB
- Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados – CEFOR

Instituições de regulação e/ou fomento:

- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
- Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco - Facepe
- Financiadora de Estudos e Pesquisas - Finep

Além das instituições citadas como possíveis parceiras (na verdade, efetivamente parceiras, em anos recentes ou atualmente) e das instituições com as quais o campo da pós-graduação interage regularmente, há, também, a perspectiva do estabelecimento de parcerias com instituições privadas.

4.1 Critérios de Seleção e Contratação de Professores

Além do requisito de titulação Doutor, Mestre ou Especialista (conforme Resolução CNE 1/2007), na seleção dos docentes dos cursos de Especialização da Fundaj, é levada em consideração sua experiência profissional na área de conhecimento do curso.

4.2 Políticas de Qualificação e Plano de Carreira do Corpo Docente

O Plano de Ação da Fundação Joaquim Nabuco (2011-2020) para ao Plano Nacional de Educação - PNE 2011/2020 e o Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019, que o sucede, compreendem que, no cenário atual, o investimento na qualificação dos seus servidores é condição imprescindível à gestão pública.

Nesse sentido, e em consonância com a Política Nacional de Capacitação dos Servidores Públicos Federais da Administração Direta, Autárquica e Fundacional - instituída pelo Decreto nº 5.707 de 23 de fevereiro de 2006 -, a Difor institui, anualmente, o **Plano de Capacitação da**

Fundação Joaquim Nabuco, com o objetivo de promover a qualificação do seu quadro de pessoal, estimulando o desenvolvimento de uma cultura de qualificação mediante a participação de seus funcionários em cursos de pós-graduação nas modalidades atualização, aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Nesse sentido, desde 2012, com o **Projeto Institucional da Fundaj/Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste/UFPE**, a Fundaj tem patrocinado o estudo de seus servidores efetivos, visando “à ampliação da capacidade técnica para atividades de pesquisa e docência (...)”. No primeiro ano de vigência desse Projeto, treze servidores da Fundaj foram alunos daquele Mestrado, todos havendo concluído com sucesso suas dissertações. A partir do início de 2016, a Fundaj estará realizando um Programa de Doutorado Interinstitucional (Dinter), ofertado pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, nível de avaliação 6 na Capes, com doze vagas, cujo edital está aberto até meados de agosto de 2015.

Considerando que a Difor dispõe de um potencial corpo docente formado pelos servidores desta e das demais Diretorias da Fundaj, o Projeto mencionado vem atender às necessidades de capacitação de seus docentes para os cursos de pós-graduação, aqui ministrados.

4.3 Requisitos de Titulação e Experiência Profissional do Corpo Docente:

A Diretoria de Formação e Desenvolvimento Profissional, em conformidade com a Resolução CNE nº1/2007, estabelece que seu corpo docente de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, será constituído por professores Especialistas, Mestres ou Doutores ou de reconhecida capacidade técnico-profissional. Do total, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos docentes deverão apresentar titulação de mestre ou de doutor obtida em programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pelo Ministério da Educação.

5 - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÇÃO

A FUNDAJ apresenta uma estrutura organizacional, em vigor, que está sendo atualizada com base em seu PDI 2015/2019. Por essa razão, apresentamos, inicialmente, a estrutura em vigor, e, a seguir, a proposta conforme o seu PDI, em fase de implementação.

1- Estrutura Organizacional da Fundaj (em vigor, mas em transição):

- Presidência
 - Assessoria Institucional
 - Assessoria de Comunicação
 - Procuradoria Federal
 - Gabinete da Presidência
 - Coordenação-Geral de Planejamento e Administração

- Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, Recursos Logísticos e Inovação Institucional.
- Ouvidoria
- Diretoria de Pesquisas Sociais
 - Coordenação-Geral de Estudos Educacionais
 - Coordenação-Geral de Estudos Ambientais e da Amazônia
 - Coordenação-Geral de Estudos Sociais e Culturais
 - Coordenação-Geral de Estudos Econômicos e Populacionais
 - Coordenação de Estudos em Ciência e Tecnologia
- Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte
 - Coordenação-Geral de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade
 - Coordenação-Geral de Museus e Restauro
 - Coordenação-Geral do Espaço Cultural Mauro Mota
- Diretoria de Formação e Desenvolvimento Profissional (Escola de Governo)
 - Coordenação-Geral de Capacitação
 - Coordenação-Geral de Pós-Graduação

Sua organização administrativa compreende a seguinte estrutura:

I - Órgão de Direção Superior:

Conselho Diretor

II - Órgão de Assistência Direta e Imediata ao Presidente:

Gabinete

III - Órgãos Seccionais:

a) Procuradoria Federal;

b) Auditoria Interna;

c) Coordenação-Geral de Planejamento e Administração; e

d) Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, Recursos Logísticos e Inovação Institucional.

IV - Órgãos Específicos Singulares:

a) Diretoria de Pesquisas Sociais;

b) Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte; e

c) Diretoria de Formação e Desenvolvimento Profissional.

V - Órgãos Colegiados:

Conselho Deliberativo - Condel

Conselho Diretor - Condir

Conselho Técnico-Científico - Contec (câmara técnica do Condir)

2- Nova estrutura da Fundaj, conforme indica o seu PDI 2015/2019:

Presidência

- Assessoria Institucional
- Assessoria de Comunicação
- Procuradoria Federal
- Gabinete da Presidência

- Diretoria de Ação Educativa e Cultural
 - Divulgação Científica e Difusão Cultural
 - Museu do Homem do Nordeste
 - Centro de Documentação
- Diretoria dos Centros de Estudos e Pesquisas
 - Memória, História e Patrimônio
 - Modelagem Social
 - Arte, Mídia e Novas Linguagens
 - Organizações e Análise Institucional
 - Análise de Políticas Públicas
- Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
 - Planejamento e Gestão
 - Gestão de Pessoas
 - Gestão de Programas Institucionais
 - Gestão de Programas de Pós-Graduação
- Diretoria de Administração
 - Contabilidade e Finanças
 - TI
 - Planejamento Físico e Espacial
 - Compras e Contratações
 - Serviços Gerais

A nova estrutura administrativa será:

I - Órgão de Direção Superior:

Conselho Diretor

II - Órgão de Assistência Direta e Imediata ao Presidente:

- a) Gabinete
- b) Comunicação

III - Órgãos Seccionais:

- a) Procuradoria Federal;
- b) Auditoria Interna;
- c) Ouvidoria.

IV - Órgãos Específicos Singulares:

- a) Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional;
- b) Diretoria de Administração;
- c) Diretoria dos Centros de Estudos e Pesquisas;
- d) Diretoria de Ação Educativa e Cultural.

V - Órgão Colegiado:

Conselho Deliberativo.

5.1 Organização Administrativa da Difor

A atual estrutura organizacional da Diretoria de Formação e Desenvolvimento Profissional da Fundaj engloba a Coordenação-Geral de Capacitação e a Coordenação Geral de Pós-Graduação, incluindo as Coordenações Atividades de Cursos *Stricto Sensu*, de Atividades de *Cursos Lato Sensu* e de Cursos de Capacitação e de Curta Duração.

A Difor está subordinada à Presidência da Fundaj, mantendo autonomia no que se refere a questões técnicas relativas a formação e desenvolvimento profissional.

Para a avaliação de suas atividades, foi criada a Comissão Própria de Avaliação - CPA, formada por pesquisadores e analistas em Ciência e Tecnologia desta, e da Diretoria de Pesquisas Sociais-Dipes, sendo coordenada pela Difor. A avaliação é complementada pela Comissão de Avaliação de Desempenho Institucional (CAD), encarregada da análise e avaliação do alcance das metas institucionais, para o conjunto da Fundaj.

As normas referentes aos cursos de Especialização, entre outras considerações, propõem a formação de um Colegiado de Coordenação Didática - CCD para cada curso, que é composto pelos Coordenadores Geral e Pedagógico do curso, dois representantes da Difor e um representante discente.

6 - PROCEDIMENTOS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

As atividades acadêmicas realizadas pelos alunos são monitoradas pelo Coordenador Pedagógico de cada curso, que, caso identifique alguma dificuldade ou necessidade de ajustes, pode acionar o Colegiado de Coordenação Didática-CCD do respectivo curso, com vistas à apreciação das questões identificadas e indicadas para compartilhamento da solução. No início de

cada curso, são realizadas atividades de recepção e integração dos discentes, com a prestação de informações sobre o funcionamento do curso e das diversas áreas da Instituição à disposição daqueles, incluindo visitas in loco.

Os alunos podem realizar solicitações por meio de requerimento padrão, disponível na página da FUNDAJ - www.fundaj.gov.br - em espaço reservado aos cursos de Especialização. O atendimento aos participantes do curso e às demais atividades de apoio didático acontece de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 12h e 14h às 18h e, aos sábados, nesse mesmo horário, caso haja aula nesse dia.

Além do atendimento presencial e o via requerimento, a FUNDAJ disponibiliza o telefone (81) 3073-6803 e o e-mail formacao@fundaj.gov.br, dispondo, ainda, de um e-mail específico para cada curso em atividade.

Visando ao bem-estar dos estudantes a Fundaj disponibiliza espaços de convivência em seus campi.

7- INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS DA FUNDAJ

A Fundaj dispõe de 03 Campi, onde funcionam suas instalações. São eles: Derby, Casa Forte e Apipucos. A administração central da Fundaj funciona no Campus de Casa Forte.

Em relação às instalações administrativas específicas para os cursos de especialização da Fundaj, elas estão localizadas nos Campi do Derby e de Apipucos.

Desde janeiro de 2015, o Campus do Derby encontra-se em reforma para melhoria e modernização de suas instalações. É lá onde funciona a maior parte da infraestrutura administrativa da Difor e se localizam várias salas de aulas e uma unidade setorial da biblioteca, a Biblioteca Setorial Nilo Pereira. Com a reforma, as atividades desse campus foram, temporariamente, deslocadas para os campi de Apipucos e Casa Forte. A previsão de entrega do prédio é para o final de 2016.

A **infraestrutura administrativa** atual da Difor inclui:

- Salas de coordenação e equipes técnica e administrativa da Difor, no Edifício Antiógenes Chaves, Campus Apipucos;
- Salas da Coordenação de Cursos Lato Sensu e equipes técnica e administrativa, no Edifício Antiógenes Chaves, Campus Apipucos;
- Salas da Coordenação de Cursos Stricto Sensu e equipes técnica e administrativa, no Edifício Jorge Tasso, Campus Apipucos;
- Salas de reunião, nos edifícios Antiógenes Chaves, Renato Carneiro Campos e Jorge Tasso, Campus Apipucos.

As **Salas de aula** da Fundaj funcionam em seus três Campi, num total de catorze salas, sendo seis no Derby, sete em Apipucos e uma em Casa Forte. A alocação de salas de aula é feita de acordo com a demanda dos cursos (*Curta Duração, Lato e Stricto Sensu*) a cada semestre letivo, com base

na disponibilidade. Todas as salas estão equipadas com mesas ou cadeiras com suporte para escrita, computador, projetor digital e quadro branco.

Devido ao processo de reforma em curso no Campus Derby (ver item 5.1), as salas de aula daquele Campus estão temporariamente indisponíveis. Quatro dos auditórios existentes nos Campi de Casa Forte (Sala Calouste Gulbenkian) e Apipucos (Sala Gilberto Osório, Miniauditório da Biblioteca Blanche Knopf e Miniauditório do Centro Integrado de Estudos Georreferenciados) e um Laboratório multimídia (Laboratório Dosa Monteiro) são, atualmente, disponibilizados para uso, também, como salas de aula, conforme a demanda.

A Fundaj dispõe dos seguintes **auditórios**:

- Sala Calouste Gulbenkian (Campus Casa Forte). Possui mesa diretora para 6 lugares, 5 mesas para o público com capacidade para 9 lugares, cada, e platéia com 66 lugares. Possui cabine estruturada para tradução simultânea em três idiomas (os equipamentos de uso individual são disponibilizados por meio de serviço contratado, quando solicitada a tradução); possui sala VIP anexa ao auditório e ponto de rede sem fio para acesso à internet pelos participantes. Capacidade total: 117 pessoas.

- Auditório Benício Dias (Campus Casa Forte). Auditório com uma mesa principal e um púlpito. Funciona, também, como cinema. Capacidade 170 pessoas.

- Cine-Teatro José Carlos Cavalcanti (Campus Derby). Projetado para exibição de filmes, está equipado para exposição de peças teatrais. Possui uma cafeteria em área anexa. Capacidade total: 228 lugares. O funcionamento do cinema não foi afetado pela reforma em curso no Campus.

- Sala Aloísio Magalhães (Campus Derby). Sala com 15 mesas moduladas dispostas em "U", com 37 poltronas e platéia com 60 cadeiras conjugadas e pranchetas acopladas; equipada com quadro magnético, TV, videocassete, projetor digital, tela e flip-chart, cabine de som com microfones. Capacidade total: 100 pessoas

- Sala João Cardozo Ayres (Campus Derby). Sala apropriada à projeção de vídeo, com 50 poltronas conjugadas, em sistema de arquibancadas. Capacidade total: 50 pessoas.

- Mini auditório da Biblioteca Blanche Knopf (Campus Apipucos). Capacidade total: 25 lugares.

- Mini auditório do Centro Integrado de Estudos Georreferenciados/CIEG (Campus Apipucos). Capacidade total: 30 lugares.

- Sala Gilberto Osório (Campus Apipucos). Originalmente com capacidade para 70 pessoas, esta sala está em reconfiguração desde o início de 2015 para funcionar como espaço multiuso, com uma divisória móvel que permitirá dividir o espaço em dois para reuniões menores. Previsão de disponibilidade para o final de 2015.

Todos os auditórios estão equipados com computadores conectados em rede com acesso à Internet e projetores digitais.

Em relação a **instalações para pessoas com necessidades especiais**, a Fundaj vem adotando normas e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme previsto na Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Nesse

sentido, foram suprimidas barreiras e obstáculos às edificações, mediante a implantação de rampas de acesso a todos os seus prédios.

Nos edifícios com mais de dois pavimentos, nos três Campi, existem elevadores como opção à utilização de escadas. Em seus três *Campi*, existem sanitários e lavatórios acessíveis e que atendem às especificações das normas técnicas da ABNT.

A **Biblioteca Central Blanche Knopf** está localizada no Campus Apipucos da Fundaj, ocupando uma área útil de 1.182m², distribuídos em 3 pavimentos, acessíveis por elevador ou escadas. Para consulta local por usuários, dispõe de mesas com um total de 50 lugares. Possui um catálogo *online*, disponível no site da instituição (www.fundaj.gov.br), com aproximadamente 80% das referências bibliográficas do seu acervo e oferece os seguintes serviços:

- atendimento a consultas e orientação para pesquisas presenciais, por telefone e e-mail;
- elaboração de levantamentos bibliográficos (inventários documentais) sob demanda;
- *atendimento a solicitações de artigos de periódicos e teses nacionais através da comutação bibliográfica (Comut)*;
- normalização de referências e citações em trabalhos acadêmicos e científicos, com acesso à base de dados da ABNT.

A Biblioteca Blanche Knopf, situada no Campus Apipucos, possui representativo acervo no campo das ciências sociais e humanas. Dispõe de mais 118.000 volumes entre livros, folhetos, obras de referências, teses, periódicos nacionais e internacionais e obras raras e preciosas dos séculos XII a XIX. A Biblioteca também oferece acesso à base de dados bibliográfica e documental através da *home page* da Fundaj (www.fundaj.gov.br). A partir daí, consultas *in loco* podem ser feitas, ou solicitadas as obras para empréstimo. Esse acesso inclui ainda bases virtuais externas, disponibilizadas por meio de *links*, como as bases do Portal de Periódicos da Capes, ProQuest, Ebrary e Pivot, acessáveis, por meio de login e senha, por docentes e discentes dos cursos de pós-graduação lato e *stricto sensu* (no caso dos discentes, apenas pela duração dos seus cursos).

O horário de funcionamento físico da Biblioteca é de 8h às 12h e de 14h às 18h, de 2ª a 6ª feira. Entretanto, em períodos letivos, esse horário se estende para 8h às 18h. Há perspectivas de que, nesses períodos, a biblioteca passe a funcionar, também, aos sábados, o que está sob análise atualmente, tendo em vista limitações de pessoal disponível na instituição.

No prédio onde funciona a Biblioteca Blanche Knopf é possível, finalmente, realizarem-se consultas para acesso ao acervo fotográfico, fonográfico e em vídeo da Instituição, que excede dois milhões de itens, alguns dos quais com acesso restrito, em função de seu valor histórico ou de condições sensíveis de manuseio.

A **Biblioteca Setorial Nilo Pereira** está localizada no campus do Derby e atende às demandas mais imediatas dos cursos de curta duração, bem como de usuários próximos. Ela ocupa um espaço de aproximadamente 48m² no segundo andar do edifício, com acesso por meio de elevador ou escadas. A Biblioteca Setorial possui um acervo especializado em Gestão de Políticas Públicas, Cultura e Artes. Reúne cerca de 5.000 volumes entre livros, folhetos, periódicos e obras de referência, além de um significativo acervo de catálogos de exposições de arte (tendo em vista seu uso ser compartilhado com a Diretoria de Ações Educativas e Culturais). Atualmente, o acervo desta

Biblioteca está integrado ao da Biblioteca Central, em razão das reformas em curso no Campus do Derby.

A Fundaj está em fase final de requalificação do edifício Delmiro Gouveia, no Campus Apipucos, para implantação da Villa Digital, por meio da qual os usuários terão acesso a todo o seu acervo documental e fotográfico em versão digital, num projeto a ser implantado em várias fases.

As bases virtuais disponíveis a docentes e discentes são várias:

O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 36 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

ProQuest é um serviço agregador de publicações eletrônicas, que oferece acesso ao texto integral através de uma interface de pesquisa única e *on-line*. Dependendo da assinatura contratada por sua instituição, poderá acessar ao texto integral de mais de 5.000 periódicos, jornais e revistas, em conjunto com resumos e índices de mais de 3.000 outras publicações.

A Ebrary oferece um extenso catálogo multidisciplinar de livros em formato eletrônico das editoras internacionais mais importantes, disponíveis através de compra ou assinatura, disponibilizando ainda publicações em espanhol e português em quantidade crescente. Mais de 4.500 bibliotecas e instituições em todo o mundo utilizam o conteúdo da ebrary, uma plataforma que vem se popularizando cada vez mais no Brasil.

O Pivot é um sistema de gerenciamento de financiamentos de pesquisa, permitindo o acesso a editais e convites de agentes financiadores de pesquisa. A ferramenta também possibilita a formação de parcerias entre pesquisadores de instituições reconhecidas internacionalmente.

Além de sua **infraestrutura física de informática e comunicação** (salas equipadas com computadores conectados em rede, ramais telefônicos e impressoras laser multifuncionais de uso compartilhado disponíveis a todos os pesquisadores, técnicos e docentes da Instituição, e os laboratórios mencionados no item 5.11), a Fundaj dispõe de um **Ambiente Virtual de Aprendizagem** (AVA), operando na plataforma Moodle, no qual são desenvolvidas atividades formativas e avaliativas complementares das disciplinas dos cursos presenciais, bem como realizados cursos semipresenciais (com módulos ou parte deles oferecidos a distância) e inteiramente a distância (até o momento apenas de curta duração e aperfeiçoamento).

O PDI 2015-2019/FUNDAJ mantém, entre seus Projetos Estratégicos a implantação do seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), cujos trabalhos estão em fase de tramitação do processo licitatório para a contratação de profissionais que farão a adequação do PDTI, vigente, às demandas do PDI.

A Fundaj mantém um **website** (www.fundaj.gov.br) para comunicação com o público externo e uma intranet ([finweb/intranet](#)), para comunicação com o público interno, além de publicar boletins eletrônicos de circulação externa e interna. Essas ações específicas de integração entre comunicação e informática são coordenadas pelo seu setor de Comunicação, vinculado

diretamente à Presidência da Instituição. O PDI 2015-2019 mantém entre seus projetos estratégicos o de Implantação da Política de comunicação institucional, em fase inicial de elaboração.

Quanto aos **meios de comunicação**, a Fundação Joaquim Nabuco, em cumprimento às exigências previstas no art. 26, § 1º do Decreto nº 5.626/05 - que determina que as instituições públicas devam dispor de, pelo menos, cinco por cento de servidores capacitados para o uso e interpretação da Libras (Língua Brasileira de Sinais) -, realizou, em 2011, o seu primeiro curso com esse objetivo. A definição de proposta de novas turmas é objeto de análise da Difor. Na formação das turmas de Libras, há prioridade para os que desempenham funções de atendimento ao público em geral.

A Fundaj dispõe de ambientes e cenários complementares para a realização de práticas didáticas:

(a) o Laboratório de Ensino a Distância Dosa Monteiro, localizado no Campus Derby e, temporariamente, em razão da reforma naquele espaço, situado no Campus Apipucos, dispõe de 14 computadores conectados em rede, projetor digital, quadro interativo, tela retrátil e capacidade para 30 pessoas. O laboratório tem como objetivo fortalecer e viabilizar a implementação e operacionalização de uma rede de ensino de alta qualidade, visando integrar as ferramentas de tecnologia da informação na difusão do conhecimento no âmbito educacional no sentido de promover a inclusão social e qualificação profissional. Por meio do laboratório busca-se:

- a) Consolidar experiências de educação *online* através do uso de ferramentas tecnológicas voltadas para a educação a distância.
- b) Assegurar e definir a portabilidade e infraestrutura (computadores, vídeo-conferência e outras ferramentas tecnológicas, como sistemas de autoria para cursos a distância e ambientes virtuais de ensino) para a realização dos projetos de educação a distância;
- c) Atender demandas específicas para a realização de capacitações a distância.

(b) um laboratório de informática, situado no edifício Jorge Tasso, Campus Apipucos, com 10 computadores *laptops* conectados em rede, para uso dos alunos de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

(c) o Laboratório de Acervos e Materiais Didáticos (LabDidática), situado no Campus Apipucos combina pesquisa, experimentação tecnológica e desenvolvimento de materiais pedagógicos e é destinado a reunir pesquisadores da Fundação Joaquim Nabuco e professores de diferentes instituições do Brasil. Trata-se de um laboratório para a criação e desenvolvimento de atividades experimentais no âmbito da pesquisa, difusão e produção de materiais que possam ajudar na inovação da prática pedagógica. O Laboratório tem o intuito de realizar atividades integradas voltadas à produção de materiais de apoio didático nas áreas de História e Sociologia, baseados nos acervos da Fundaj, com destaque para a História e Cultura Africanas e Afrobrasileiras.

(d) o Laboratório do Centro Integrado de Estudos Georreferenciados para a Pesquisa Social Mário Lacerda de Melo está situado no Campus Apipucos e é dotado máquinas conectadas em rede e pessoal qualificado para auxiliar estudantes interessados em incorporar essas modalidades de análise e produção de dados.

(e) A instituição dispõe de dois espaços qualificados de exibição de filmes e vídeos, abertos ao público em geral. O Cinema da Fundação, no Campus Derby, é um espaço cultural consagrado localmente e nacionalmente pela qualidade dos filmes exibidos regularmente e a preços populares.

Nos horários em que não há exibição, o espaço tem sido utilizado para atividades de caráter didático com estudantes de todos os níveis das redes públicas de ensino, e em cursos de curta duração promovidos pela Instituição. O Cinema do Museu, no Campus Casa Forte, está em fase final de instalação e deverá proporcionar, além da exibição de programação regular de filmes de arte, como o Cinema da Fundação, aproximações à produção videográfica de cunho socioantropológico e histórico, em sintonia com o Museu do Homem do Nordeste, situado no mesmo complexo físico, e abertura a usos didático-pedagógicos em cursos realizados pela Instituição.

(f) A infraestrutura de produção acadêmica é formada pela Editora Massangana, a Massangana Multimídia Produções (produtora de vídeos) e a publicação de três revistas científicas, sendo dois periódicos com corpo editorial e processos de avaliação cega por pares Cadernos de Estudos Sociais (B2 Interdisciplinar) e Ciência & Trópico, em versões impressa e *online*, e uma revista *online* de divulgação científica, Coletiva (www.coletiva.org).

(g) A Fundaj, finalmente, dispõe de um conjunto de espaços expositivos, que possuem uma programação educativo-cultural permanente, aberta a pesquisadores, estudantes universitários e alunos de escolas públicas. Entre eles se destacam:

(i) o Museu do Homem do Nordeste, de cunho histórico-antropológico, com acervo representativo da formação histórica, étnica e social da atual Região Nordeste, possuindo cerca de 15.000 peças relativas a heranças culturais do índio, do europeu e do africano na formação da população nordestina;

(ii) o Engenho Massangana, conjunto arquitetônico rural do século XIX, tombado em nível estadual como Parque Nacional da Abolição, na cidade do Cabo de Santo Agostinho, Região Metropolitana do Recife, composto pela Casa-Grande e Capela de São Mateus em uma área de dez hectares, no qual Joaquim Nabuco, patrono da instituição, viveu sua infância.

8 - AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Para a avaliação das atividades institucionais, a Fundaj prevê um processo de avaliação interna e externa, com base no funcionamento de duas comissões: a Comissão Própria de Avaliação - CPA e a Comissão de Avaliação de Desempenho - CAD.

A CPA tem por atribuição a condução dos processos de avaliação de questões ligadas aos cursos de capacitação, de curta duração e de pós-graduação Lato e Stricto Sensu, presenciais e a distância, promovidos pela Fundaj, a sistematização e a prestação das informações solicitadas pelo INEP/MEC, referentes a questões ligadas aos cursos de capacitação, de curta duração e de pós-graduação lato e stricto sensu, presenciais e a distância, promovidos pela Instituição; às condições de ensino oferecidas; à infraestrutura disponível; ao perfil do seu corpo docente e ao desempenho acadêmico de seus estudantes.

Os cursos de Pós-Graduação Lato Sensu requerem uma dinâmica avaliativa de caráter processual e contínuo, considerando todas as participações e produções vivenciadas durante o período letivo, sejam elas individuais ou coletivas, razão pela qual estão sujeitos a uma avaliação contínua permanente e criteriosa por parte da FUNDAJ, por meio do Programa Institucional de Pós-Graduação da Fundação Joaquim Nabuco.

Para o processo de avaliação, são utilizados formulários próprios, padronizados pela Fundaj, a serem preenchidos pelos discentes, docentes e coordenadores de cada curso, incluindo a análise e avaliação de todos os aspectos abordados nos questionários e demais informações obtidas, de forma direta ou indireta e observação *in loco*, durante o desenvolver dos cursos. Os formulários citados integram o documento "Modelo de Projeto de Especialização Fundaj", disponível em www.fundaj.gov.br.

A avaliação discente e docente será procedida a partir de cada curso e de cada disciplina específica. Espera-se que, ao integralizar todos os créditos do curso, os alunos realizem a avaliação geral do curso, mediante sua manifestação em formulários próprios. No novo desenho institucional do PDI, a análise desse material será feita no âmbito da Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, a partir dos subsídios produzidos pelo Programa Institucional de Pós-Graduação, a CPA e a CAD.

Os resultados da avaliação serão divulgados aos discentes, docentes e à comunidade em geral, ficando disponível em espaço apropriado e reservado a essa questão, no *site* da Instituição.

A CAD tem por atribuição elaborar instrumentos e definir sistemáticas, visando à execução e aferição da avaliação institucional e individual; proceder ao acompanhamento dos processos de avaliação institucional e de desempenho individual; organizar e conduzir atividades facilitadoras de avaliação destinadas à melhoria de procedimentos e de resultados.

Na coleta de dados e informações para a realização da avaliação está prevista a participação de avaliadores externos da comunidade acadêmica. No funcionamento dos cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, o procedimento é definido e executado pela CAPES/MEC, numa periodicidade quadrianual. Em relação às demais atividades institucionais, o PDI 2015-2019 prevê a implementação de processos de avaliação institucional com participação de avaliadores externos oriundos das diferentes áreas de atuação da Fundaj, o que inclui a comunidade acadêmica. Os formulários padronizados para realização desses processos são definidos pela CAD. Na inexistência atual de uma legislação sobre a Pós-Graduação *Lato Sensu* que disponha sobre a avaliação externa dos cursos por pares, a Fundaj utiliza-se dos procedimentos definidos pela CPA e pela CAD, observando a necessária participação de representantes da comunidade acadêmica.

9- ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

A Fundaj é um órgão da administração indireta, vinculado ao Ministério da Educação e recebe recursos orçamentários do Orçamento da União, para despesas de custeio e investimento, inclusive com dotação para o financiamento de suas atividades finalísticas. O breve demonstrativo abaixo indica valores relativos aos recursos disponíveis para a realização das atividades de formação da Difor.

Ano	Orçamento Autorizado
2012	1.465.495,00
2013	1.758.594,00
2014	2.110.312,80
2015	2.532.375,36

ANEXO 1

ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE GESTORES CULTURAIS: Projeto Pedagógico (resumo)

1 Introdução e dados gerais do programa

O curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste é uma produção conjunta entre a Fundaj, o Ministério da Cultura e a Universidade Federal Rural de Pernambuco – Fundaj/Minc/UFRPE.

O Corpo Docente é composto por professores da UFRPE, UFBA, UEMG e por pesquisadores da Fundaj.

O público-alvo deste curso são gestores públicos de cultura, acadêmicos, gestores da sociedade civil com atuação na área cultural - a exemplo de pontos de cultura e conselheiros dos Conselhos Estaduais de Cultura do Nordeste.

O curso objetiva desenvolver o processo de formação de gestores culturais e conselheiros de cultura nos 9 estados da região nordeste do Brasil, de forma a consolidar a implantação e consolidação do Sistema Nacional de Cultura.

São objetivos específicos do curso:

- a. Capacitar os participantes para a compreensão da cultura como direito em suas três dimensões simbólica, cidadã e econômica; bem como, os princípios da organização federativa, as políticas públicas de cultura; o papel dos diferentes entes federativos e setores da sociedade civil;
- b. Capacitar os participantes para a compreensão da realidade sociocultural local e regional de forma a reconhecer singularidades e potencialidades para o desenvolvimento de políticas públicas;
- c. Capacitar os participantes para a compreensão e valorização dos diferentes setores culturais e manifestações artísticas, de forma a reconhecer as articulações possíveis e necessárias para garantir o exercício do pluralismo cultural;
- d. Capacitar os participantes para a compreensão e aplicação dos instrumentos de planejamento no campo da cultura, com especial ênfase na articulação e integração entre instituições públicas dos três entes federativos e a sociedade civil;
- e. Capacitar os participantes para a compreensão e aplicação de instrumentos e ferramentas de gestão de políticas públicas;

f. Capacitar os participantes para a compreensão e aplicação dos princípios e aspectos jurídicos que dizem respeito ao campo cultural;

g. Capacitar os participantes para a compreensão e aplicação dos mecanismos e instrumentos de gestão compartilhada, democracia representativa e participativa.

O curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste é desenvolvido em até 18 meses, totalizado uma carga horária 360 horas, composto por 08 (oito) disciplinas em regime de 45h/aula de atividades presenciais.

2- A formação promovida

As disciplinas que compõem a formação são ofertadas por 09 módulos, no horário de 08:00h às 12:00h e 14:00h às 18:00h, uma semana ao mês.

O curso foi iniciado em março de 2012 com previsão de término para o 1º semestre de 2013. Os conteúdos são disseminados por meio de aula expositiva; trabalho de campo; e oficinas. A seguir, as disciplinas que compõem o curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste

Disciplinas	Carga Horária
I - Introdução às Políticas de Gestão Cultural	45h
II- Diversidade Cultural: reconhecimento, proteção e promoção	45h
III- Políticas Culturais	45h
IV- Políticas Culturais e Gestão Patrimonial	45h
V – Legislação da Cultura	45h
VI- Economia da cultura, economia criativa e financiamento da Cultura	45h
VII – Planejamento e orçamento na gestão pública	45h
VIII – Cenário Político da Cultura no Brasil	45h

3- Seleção

Somente poderão participar do processo seletivo:

I - Os portadores de diploma ou de certificados de conclusão de cursos de graduação e tecnólogo reconhecidos pelo MEC nas áreas indicadas no projeto de curso.

II - Os portadores de diploma de cursos de graduação realizados no estrangeiro, desde que o diploma tenha sido revalidado por instituição nacional.

III – Os alunos estrangeiros, que atendam um dos requisitos acima, e que possuam o visto de permanência no país que o habilite a participar de curso de pós-graduação *Lato Sensu*.

4- Monografia

Os Trabalhos de Conclusão de Curso serão individuais, apresentados para avaliação no seminário de encerramento, terão seus resumos publicados e os melhores transformados em livro coletivo. Os TCCs serão aprovados no seminário pelos professores examinadores, mediante a nota mínima de 7,0 pontos.

5- Ementas das Disciplinas

I- Introdução às políticas de gestão cultural

Ementa:

As políticas culturais e a organização do campo da cultura no Brasil contemporâneo: Conferências Nacionais de Cultura, Sistema Nacional de Cultura e Plano Nacional de Cultura.

Bibliografia

BARBALHO, Alexandre. Política cultural: um debate contemporâneo. In: RUBIM, Linda (Org.). **Organização e produção da cultura**. Salvador: EDUFBA, 2005. p.33-52.

RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Políticas culturais no Governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010. 306p. Coleção CULT, 6.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. 179p. Coleção CULT, 2.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri (Org.). **Políticas culturais, democracia e Conselhos de Cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010. 400p. Coleção CULT, 8.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **As políticas culturais e o Governo Lula**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. 94p.

II - Diversidade cultural: reconhecimento, proteção e promoção

Ementa:

A construção histórica do conceito: da exceção cultural à diversidade cultural. Diversidade cultural: memória, patrimônio e desenvolvimento. A relação entre a preservação e a promoção de nossa diversidade criativa. A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões

Culturais da UNESCO. A diversidade cultural em chave brasileira. Políticas para a diversidade cultural.

Bibliografia

BARROS, José Márcio. (Org.). **Diversidade cultural**: da proteção à promoção. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

CUÉLLAR, Javier Pérez de (Org.). **Nossa diversidade criadora**. Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento - UNESCO. Campinas: Papyrus; Brasília: UNESCO, 1997. 416 p.

LOPES, Antonio Herculano; CALABRE, Lia (Org.). **Diversidade cultural brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005. 286p.

MATTELART, Armand. **Diversidade cultural e mundialização**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. 168p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2004**: liberdade cultural num mundo diversificado. Lisboa: Mensagem, 2005. 286p.

III - Políticas públicas de cultura: introdução e realidade brasileira

Ementa:

Introdução às políticas públicas. Conceitos e abrangência das políticas culturais. Modelos de políticas culturais. Evolução histórica das políticas culturais no mundo e no Brasil.

Bibliografia

BARBALHO, Alexandre. Política cultural: um debate contemporâneo. In: RUBIM, Linda (Org.). **Organização e produção da cultura**. Salvador: EDUFBA, 2005. p.33-52.

BOTELHO, Isaura. **Romance de formação**: FUNARTE e política cultural 1976-1990. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2001.

CALABRE, Lia. (Org.). **Políticas culturais**: um campo de estudos. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2008. 204p.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. 179p. Coleção CULT, 2.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Cultura e políticas culturais**. Rio de Janeiro: Azougue, 2011.

IV - Políticas culturais e gestão patrimonial

Ementa:

As políticas culturais e a organização do campo da cultura nos estados do Nordeste: Conferências Estaduais de Cultura, Sistemas Estaduais de Cultura e Planos Estaduais de Cultura. O patrimônio

como um campo de estudo. O monumento como expressão patrimonial. Preservação da memória e do patrimônio histórico. Os órgãos de cultura. Do patrimônio histórico ao patrimônio cultural. Patrimônio material e imaterial. Preservação patrimonial regional e local.

Bibliografia

CHOAY, Françoise; MACHADO, Luciano Vieira. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. ver. ampl. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 2009.

FONSECA, M. Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p.56-76.

FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GONÇALVES, J. Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-Iphan, 2002.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII –XXI**: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. 179p. Coleção CULT, 2.

V- Legislação da cultura

Ementa:

Os direitos culturais no Brasil: panorama histórico e situação atual. As legislações da cultura. Os números da cultura: informações, estatísticas e indicadores culturais. Os indicadores culturais e as políticas de cultura. A UNESCO e os números da cultura. Estado da arte dos números da cultura no Brasil.

Bibliografia

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Cultura e democracia na Constituição Federal de 1988**: a representação de interesses e sua aplicação no Programa Nacional de Apoio à Cultura. Rio de Janeiro: Editora Letra Legal, 2004. 183p.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Federalismo cultural e Sistema Nacional de Cultura**: contribuição ao debate. Fortaleza: Edições ufc, 2010. 155p.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro**. Brasília: Brasília Jurídica, 2000. 140p.

DIREITOS CULTURAIS - Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Santo Ângelo: EDIURI, v.4 , n.6, jan./jun. 2009.

VI – Economia da cultura, economia criativa e financiamento da cultura.

Ementa:

Economia da cultura: contextualização histórica, delimitação do campo e especificidades. Globalização, diversidade cultural e economia da cultura. Economia da cultura e desenvolvimento. Políticas culturais e economia da cultura. Indústrias criativas e economia criativa.

Bibliografia

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. A indústria cultural; o iluminismo como mistificação de massa. In: LIMA, Luiz Costa (Org.) **Teoria da cultura de massa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.159-204.

BENHAMOU, Françoise. **A economia da cultura**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007. 200p.

BOLAÑO, Cesar; GOLIN, Cida; BRITTOS, Valério (Org.). **Economia da arte e da cultura**. São Paulo: Itaú Cultural; São Leopoldo: CEPOS/UNISINOS; Porto Alegre: PPGCOM/UFRGS; São Cristovão: OBSCOM/UFS, 2010. 237p.

EARP, Fábio Sá (Org.). **Pão e circo**: fronteiras e perspectivas da economia do entretenimento. Rio de Janeiro: Palavra e Imagem, 2002. 208p.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano da Secretaria da Economia Criativa**: políticas, diretrizes e ações - 2011 – 2014. Brasília: Ministério da Cultura, 2011. 148 p.

THORSBY, David. **Economía y cultura**. Madrid: Cambridge University Press, 2001.

VII – Planejamento e orçamento da gestão pública

Ementa:

Noções de planejamento e gestão pública. Instrumentos de planejamento. Planos, programas, projetos e orçamentos. Planejamento e orçamento. O orçamento como instrumento de gestão nas organizações do setor público. O ciclo orçamentário: elaboração, execução e controle. Metodologias e práticas de gestão pública.

Bibliografia

BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. K. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 4.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 316p.

CORREIA NETO, Jocildo Figueredo. **Planejamento e controle orçamentário**. Rio de Janeiro: Campus,

2011. 264p.

DEBUS, I.; LIMA FILHO, L. G.; MORGADO, J. V. **Orçamento público**. Brasília: Vestcon, 2007. 398p.

FERLIE, E., et al. **A nova administração pública em ação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Enap, 1999. 468p.

KANAANE, Roberto; FIEL FILHO, Alécio; FERREIRA, Maria das Graças. **Gestão pública**: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo: Atlas, 2010. 264p.

PROCOPIUCK, Mário; PALUDO, Augustinho Vicente. **Planejamento governamental**: referencial teórico, conceitual e prático. São Paulo: Atlas, 2011. 232p.

VIII- Cenário Político da Cultura no Brasil

Ementa:

Cultura e arte. As especificidades do campo artístico. Artes, Estado e mercado. Políticas culturais para o campo artístico no Brasil: evolução histórica e panorama contemporâneo.

Bibliografia

BORDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. **O amor pela arte**; os museus de arte na Europa e seu público. São Paulo: EDUSP; Zouk, 2003. 242p. Título original: L'amour de l'art; les musées d'art européens et leur public.

BOURDIEU, Pierre. O mercado de bens simbólicos. In: MICELI, Sérgio (Org.). **A economia das trocas simbólicas**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 99-181. Título original: Le marché des biens symboliques. (Estudos, 20).

BOTELHO, Isaura. **Romance de formação**: FUNARTE e política cultural 1976-1990. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2001.

COELHO, Teixeira. **A cultura e seu contrário**: cultura, arte e política pós-2001. São Paulo. Editora Iluminuras, 2008.

IBÁÑEZ, Emilio Albi. **Economía de las artes y política cultural**. Madrid: Instituto de Estudios Fiscales, Ministerio de Hacienda, 2003. 204p.

6- Metodologia do Curso

O curso terá uma estrutura modular integrando 8 etapas intensivas mensais de 45 horas de atividades presenciais e atividades à distância, realizadas através de plataforma digital interativa. As atividades presenciais serão realizadas por meio de aulas dialogadas, seminários com convidados,

oficinas de experimentação de metodologias e trabalho de campo (visitas a experiências de trabalho).

Cada módulo trabalhará de forma articulada conteúdos dos três eixos de formação, integrando abordagens teórico/críticas e prático/metodológicas na forma de aulas expositivas e dialogadas, debates, oficinas, imersões etc.

Os conteúdos prático metodológicos serão desenvolvidos por meio de oficinas e trabalho de campo e deverão dar conta da seguinte tipologia de ações e experimentações:

- diagnóstico da realidade cultural no local de atuação dos alunos visando ao planejamento e desenvolvimento experimental de um projeto de intervenção nas práticas de gestão pública da cultura;
- trabalho com informações e indicadores culturais;
- conceituação e experimentação de práticas de trabalho colaborativo em rede;
- conhecimento e reflexão sobre realidades e práticas culturais locais e regionais, por meio de imersões criativas; e
- habilidades textuais, de comunicação e de uso de tecnologia da informação.

Durante todo o processo formativo, os alunos serão acompanhados por um tutor, responsável pelo acompanhamento do processo formativo e orientação do trabalho de conclusão.

As etapas a distância, compreenderão a realização de atividades de avaliação, fóruns e chats.

A carga horária será assim distribuída:

- Módulos presenciais (aulas, trabalho de campo e oficinas) = 360 hs
- Educação à Distância = 70 horas
- Orientação do TCC = 10 horas por aluno

7- Sistemas de Avaliação

A avaliação de desempenho dos alunos dar-se-á através de um conjunto de atividades assim programadas:

- Participação em todas as atividades do curso
- Realização de trabalhos relativos a cada um dos 9 módulos (incluindo o introdutório e o de conclusão do curso);
- Realização do Trabalho de Conclusão de Curso e sua apresentação no seminário final; e

- A monografia deve ser individual, salvo em casos excepcionais discutidos e aprovados pelo CTA do Departamento Acadêmico.

Os professores, a coordenação e o staff administrativo do curso serão avaliados a cada módulo mensal, por meio de questionários individuais e anônimos e ao final de cada semestre letivo, por meio da metodologia de grupos focais.

A presença constante das coordenações nos módulos permitirá o desenvolvimento de monitoria do processo de forma a garantir a eficiência do mesmo.

ANEXO 2

ESPECIALIZAÇÃO EM ESTATÍSTICAS SOCIAIS: Projeto Pedagógico

(resumo)

1. Introdução e Aspectos Gerais

O curso de Especialização em Estatísticas Sociais (EES), a ser oferecido pela Fundação Joaquim Nabuco, tem como público-alvo profissionais das mais diversas áreas, envolvidos em atividades que demandam realizar análises e interpretações de estatísticas sociais produzidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e outros órgãos oficiais produtores de informações.

O curso objetiva dotar os profissionais do setor público com conhecimentos básicos e instrumentos de análise complementares promovendo um conhecimento mais abrangente e aprofundado de temas próprios das análises das estatísticas sociais, aperfeiçoando-os para o exercício de suas atividades especialmente as voltadas para a formulação e acompanhamento de políticas públicas.

São objetivos específicos do curso:

- a) atualizar e ampliar a capacitação de analistas de estatísticas sociais;
- b) promover conhecimento teórico e prático de métodos e técnicas de análise das estatísticas sociais;
- c) congregar saberes específicos construindo um conhecimento coletivo que amplie a amplitude e profundidade das análises das estatísticas sociais;
- d) valorizar a análise das estatísticas sociais.

O Curso oferecerá formação de excelência, com um corpo docente formado por pesquisadores doutores da Fundaj e convidados, contemplando a interdisciplinaridade de quatro áreas fundamentais: Estatística, Demografia, Economia e Informática.

A Especialização em Estatísticas Sociais será desenvolvida em até 15 meses, totalizando uma carga horária de 360 horas, composta por 8 (oito) disciplinas em regime de 45h./aula. Além disso, uma monografia de final de curso deverá ser redigida e defendida, sob a orientação de um membro do corpo docente do programa.

A primeira versão do Curso ofertará 20 (vinte) vagas e a seleção de candidatos se fará por meio da análise de currículo do candidato.

2. A formação promovida

As disciplinas que compõem a Especialização serão ofertadas sequencialmente, sempre às sextas-feiras, no horário de 16h às 21:30h, e aos sábados, nos horários de 8h às 12h e de 14h às 18h. Excepcionalmente, as disciplinas poderão ser oferecidas em regime de 8 horas nas sextas-feiras, ocasião em que seguirão o horário do sábado: de 8h às 12h e de 14h às 18h.

O Curso está planejado para ter início no mês de agosto, e terminando as atividades de carga horária presencial em junho 2013.

Os conteúdos serão disseminados/apreendidos por meio de: aula expositiva; grupo de discussão; seminário; trabalho individual; trabalho coletivo.

Os softwares utilizados no suporte ao aprendizado serão, dentro do possível, de uso livre, tendo especial uso R.

O Quadro 1 apresenta informação das disciplinas oferecidas, por ordem e período programado de ocorrência. O objetivo geral, o conteúdo resumido e as principais referências bibliográficas de cada disciplina estão descritas logo em seguida.

Quadro 1.

*Disciplinas que compõem o curso de Especialização
em Estatísticas Sociais, por ordem e período de oferta*

Ordem	Disciplina	Período	Carga Horária	Docente
1	Estatísticas Sociais	31/08/2012 À 29/09/2012	45	Cristiano Ferraz/Carla Cláudia da Rocha Rego Monteiro
2	Bancos de Dados Oficiais	05/10/2012 À 10/11/2012	45	Moacyr Cunha
3	Demografia	16/11/2012 À 15/12/2012	45	Morvan de M. Moreira
4	Sistemas de Geoinformação	01/02/2013 À 02/03/2013	45	Ana Lúcia B. Candeias
5	Planejamento Amostral	08/03/2013 À 06/04/2013	45	Hemílio Fernandes C. Coelho
6	Análise de Regressão	12/04/2013 À 04/05/2013	45	Luís Henrique R. de Campos
7	Análise de Dados Amostrais	10/05/2013 À 01/06/2013	45	Cristiano Ferraz
8	Políticas Públicas	07/06/2013 À 29/06/2013	45	Morvan de M. Moreira

Estatísticas Sociais (45h)

Objetivo geral: apresentar conceitos básicos de estatística descritiva e probabilidade, utilizando recurso computacional, e motivando com exemplos e aplicações em estudos sociais.

Conteúdo resumido: Estatística descritiva: medidas-resumo e análises gráficas uni e bidimensional; Probabilidade: variável aleatória (discreta e contínua); probabilidade condicional (teorema de Bayes); distribuição binomial, de Poisson, Normal e t; qui-quadrado e F. Modelos lineares simples.

Referências: MORETIN, Pedro; BUSSAB, Wilton O. Estatística Básica. Editora Saraiva, 2010, 6 Ed.

LEVIN, Jack; Estatística aplicada a ciências humanas. São Paulo: Harbra, 1987, 2 Ed.

Demografia (45h)

Objetivo geral: apresentar conceitos básicos de demografia, medidas e fontes de dados que são de maior utilização por parte dos analistas e planejadores sociais.

Conteúdo resumido: Conceitos básicos; Medidas de Natalidade, Fecundidade, Mortalidade, Migração; Fontes de dados; Estrutura etária; Demografia e Planejamento Social

Referências: CARVALHO, José Alberto M. de; SAWYER, Diana Oya; RODRIGUES, Roberto do Nascimento. Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia: Belo Horizonte: Série Textos didáticos N. 1 ABEP, 1998; 2 ed.

HAKKERT, Ralph. Fontes de dados demográficos. Belo Horizonte: Série Textos Didáticos 3, ABEP, 1996.

Sistemas de Geoinformação (45h)

Objetivo geral: apresentar conceitos básicos de geoinformação e seu potencial de aplicação em estatísticas sociais.

Conteúdo resumido: Conceitos básicos; Geocodificação; Gerenciamento de Informações no SIG; Métodos de Análise de Dados e Processos de Exibição de Resultados

Referências: CAMARA, G.; CASANOVA, M.A.; HEMERLY, A.S.; MAGALHÃES, G.C. Anatomia de sistemas de informação geográfica. Cergraf Ltda, Campinas, 1996.

Bancos de Dados Oficiais (45h)

Objetivo geral: apresentar conceitos básicos de estrutura e bancos de dados e familiarizar os participantes com os principais bancos de dados oficiais disponíveis, incluindo o do IBGE, Datasus e IPEA.

Conteúdo resumido: Conceitos básicos; Estruturas e bancos de dados; Principais bancos de dados oficiais: IBGE, DATASUS, IPEA, Inep

Referências: HAKKERT, Ralph. Fontes de dados demográficos. Belo Horizonte: Série Textos Didáticos 3, ABEP, 1996.

JANNUZZI, Paulo. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, medidas e aplicações. Campinas: Allinea/PUC-Campinas, 2004, 3. Ed.

Planejamento Amostral (45h)

Objetivo geral: apresentar conceitos básicos de amostragem estatística, descrevendo os principais planos e estimadores para médias, totais, proporções e razões, utilizando recurso computacional.

Conteúdo resumido: Amostragem probabilística; Estimador de Horvitz-Thompson; planos de Amostragem Aleatória Simples, Sistemática, Estratificada, de Conglomerados e Múltiplos estágios. Não-resposta.

Referências: BOLFARINE, Heleno; BUSSAB, Wilton O. Elementos de amostragem. Edgard Blucher, 2005.

Análise de Regressão (45h)

Objetivo geral: apresentar os principais conceitos envolvendo a análise de modelos de regressão e seu potencial de aplicação em estudos sociais, utilizando recurso computacional.

Conteúdo resumido: Noções de modelos lineares; o método de quadrados mínimos; modelo de regressão linear simples; condições de Gauss-Markov; modelo de regressão linear múltipla; análise de resíduos e de influência. Aplicações em estatísticas sociais.

Referências: BONVINO, Heloisa; CHARNET, Eugenia; CHARNET,

Reinaldo; FREIRE, Clarice; Análise de modelos de regressão linear. Editora Unicamp, 2a ed. 2008.

HOFFMANN, Rodolfo; Análise de regressão. Editora Hucitec, 2006, 4a ed.

Análise de Dados Amostrais (45h)

Objetivo geral: apresentar os principais conceitos envolvendo a análise de dados amostrais com aplicações a PNAD.

Conteúdo resumido: Cadastros de área; Setores censitários; Estimador de Horvitz-Thompson; Estimação utilizando pesos amostrais; O Plano amostral da PNAD; Pesquisas longitudinais; Estimação em pequenas áreas.

Referências: PESSOA, Djalma G. C.; SILVA, Pedro Luis N.. Análise de Dados Amostrais Complexos. São Paulo: Associação Brasileira de Estatística, 1998. 170p.

Políticas Públicas (45h)

Objetivo geral: utilização de informações oficiais para fins de diagnóstico, monitoramento, avaliação e planejamento de políticas públicas; indicadores sociais.

Conteúdo resumido: Palestras de convidados seguidas por debates sobre temas de interesses específicos dos discentes.

Referências: A política das políticas públicas: progresso econômico e social na América Latina: relatório 2006 / Banco Interamericano de Desenvolvimento e David Rockefeller Center for Latin America Studies, Harvard University; tradução Banco Interamericano de Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Elsevier; Washington, DC: BID, 2007.

Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas: sumário analítico. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2010. 86 p. (Brasil: o Estado de uma Nação)

3. Seleção

Os ingresso no Curso se realizará por meio de avaliação de Curriculum Vitae do candidato por Comissão nomeada pela Coordenação Geral do Curso constituída por pelo menos 3 dos professores do Curso.

4. Avaliação

A avaliação do participante será fará por meio de processo de acompanhamento de aprendizado de disciplina, realizado em sala de aula, constando de elaboração de trabalho individual; elaboração de trabalho coletivo; apresentação e discussão de trabalho coletivo.

5. Monografia

A monografia é parte integrante da certificação de conclusão do Curso e deverá abordar tema de interesse para o programa, contribuindo para os objetivos do Curso. Para a primeira versão do Curso de Especialização planeja-se que tenha início no mês de fevereiro e que a respectiva defesa seja realizada até o mês de junho.

6. Corpo Docente

Morvan de Mello Moreira
Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais; Mestre em Economia pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo; Doutor em Demografia pelo Centro de Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenador da Coordenação Geral de Estudos Econômicos e Populacionais; Professor da Universidade Federal de Pernambuco (licenciado); Membro fundador da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP; Membro do Conselho Editorial da Revista Brasileira de Estudos Populacionais. Áreas de Interesse: demografia, fecundidade, população e desenvolvimento, envelhecimento. http://lattes.cnpq.br/1889382653735383
Docente: Demografia / Políticas Públicas / Co-Partícipe: Banco de Dados Oficiais
Wilson Fusco
Mestrado em Sociologia (2000). Doutorado em Demografia (2005), ambos pela Universidade Estadual de Campinas. Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco. Tem experiência na área de Demografia, com ênfase em migrações, atuando principalmente nos temas de migração interna, migração internacional e distribuição espacial da população. http://lattes.cnpq.br/5785590497886670
Docente: Banco de Dados Oficiais
Luís Henrique Romani de Campos
Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá; Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba; Doutor em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisador Associado I da Fundação Joaquim Nabuco; Professor da Faculdade Boa Viagem (licenciado). Membro do Corpo Revisor de Organizações Rurais e Agroindustriais; Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos; Revista Brasileira de Inovação. Co-autor do livro Identificação e Avaliação de Aglomerações Produtivas: uma proposta metodológica para o Nordeste. Atua na área de Economia, com ênfase em Economia Regional, Econometria Aplicada e Economia de Empresas. http://lattes.cnpq.br/1731054128892207
Docente: Análise de Regressão
Cristiano Ferraz
Bacharel em Estatística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Mestre em Estatística pela Universidade Estadual de Campinas; PhD em Estatística pela Iowa State University. Professor Adjunto do Departamento de Estatística da UFPE. Coordenador do curso de Estatística da UFPE. Membro do Conselho Editorial da Revista Brasileira de Estatística. Especialista em planejamento estatístico de amostras e experimentos, tem atuado na área de avaliação de qualidade de pesquisas amostrais, crítica metodológica a pesquisas eleitorais, pesquisas agropecuárias por amostragem probabilística e planejamento de experimentos comparativos para engenharia de software. Autor do livro Sample design for surveys quality evaluation. http://lattes.cnpq.br/1122718253481481
Docente: Estatísticas Sociais / Análise de Dados Amostrais / Tópicos Especiais
Carla Monteiro
Possui graduação em Estatística pela Universidade Federal de Pernambuco (1992), mestrado em Estatística pela Universidade Estadual de Campinas (1996) e doutorado em Matemática Computacional pela Universidade Federal de Pernambuco (2009) Atualmente é professora. adjunto da Universidade Federal de Pernambuco. Tem experiência na área de Métodos Estatísticos e Bioinformática. http://lattes.cnpq.br/7717073885306354
Docente: Estatísticas Sociais / Análise de Dados Amostrais / Tópicos Especiais
Ana Lúcia Bezerra Candeias
Bacharel em Engenharia Elétrica Modalidade Eletrônica pela Universidade Federal de Pernambuco; Mestre em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; Doutora em Computação Aplicada com ênfase em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Professor Adjunto III da Universidade Federal de Pernambuco. Membro do Corpo Revisor da Revista Brasileira de Cartografia; Revista Árvore; Canadian Journal of Remote Sensing; Boletim de Ciências Geodésicas. Tem experiência em Sensoriamento Remoto, Geoprocessamento e na área de Ciência da Computação, com ênfase em Processamento de Imagens (Processamento Gráfico - Graphics), atuando principalmente nos seguintes temas: processamento digital de imagens, sensoriamento remoto, geoprocessamento, cartografia, e realidade virtual. http://lattes.cnpq.br/4950530398212920
Docente: Sistemas de Geoinformação
Hemílio Fernandes Campos Coelho
Bacharel em Estatística pela Universidade Federal de Pernambuco; Mestre em Estatística pela Universidade Federal de Pernambuco; Doutor em Estatística pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Adjunto I do Departamento de Estatística da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa. Vice-Coordenador do curso Bacharelado em Estatística na UFPB. Tem experiência na área de Amostragem, Planejamento de Experimentos e Métodos Estatísticos. http://lattes.cnpq.br/2328238717105962 .
Docente: Planejamento Amostral